



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Local: Parque Municipal Victorio Siquieroli – Av. Nossa Senhora do Carmo, 707, Jardim
América - Uberlândia/MG

Datas: 10/02/2012 às 09:00 hs

Aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro do ano corrente, realizou-se no Parque Municipal Victorio Siquieroli - Uberlândia/MG, logradouro acima transcrito, a octogésima quinta reunião ordinária do conselho de política ambiental, Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dr. Daniel Medeiros de Souza, suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sra. Lilian Costa Damasceno, 2º suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Sr. Flávio da Costa Santos, titular da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico; Sra. Patrícia Metz Peixoto, 1ª suplente da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP; Sr. Ten. Carlos Alberto Matias de Abreu, 2º suplente da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Sr. José Carlos Sales Campos, titular do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Sra. Raquel Mendes Carvalho, 2ª suplente da prefeitura municipal situada na área de abrangência da URC; Sr. Rui Gomes Nogueira Ramos, 1º suplente e Sr. Thiago Alves do Nascimento, 2º suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Sr. Marco Túlio Machado Borges Prata, 2º suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG; Sr. Moisés Inácio Franco, 1º suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; Sra. Simone Naves Bernardes Costa, 2ª suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Sra. Nathália Cristine Araújo, titular e Ítalo Adolfo Terra 1ª suplente da Organização para a Proteção Ambiental – OPA; Sr. José Oliveira da Silva, 1º suplente da AMEDI – Ambiente e Educação Interativa; Sr. Natal Junio Pires, 2º suplente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Araxá – CEFET/ MG; Sr. Sylvio Luiz Andreozzi, 1º suplente da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 2 – Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Daniel Medeiros de Souza.** O presidente fez a leitura do memorando escrito pelo Sr. Danilo Vieira Júnior informando que diante da impossibilidade de comparecimento do titular e 1ª suplente representantes da SEMAD junto a URC Copam - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba conforme composição estabelecida pela deliberação Copam número 346/2008 ficaria indicado o Sr. Daniel Medeiros de Souza da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Sustentável para presidir a reunião ordinária da Unidade Regional Colegiada Copam Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba realizada no dia 10 de fevereiro de 2012 às 9:00 horas no município de Uberlândia / MG. **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Júnior.** Daniel Medeiros se apresentou ao conselho informando já ter presidido em outros momentos essa reunião e estaria substituindo o presidente da URC Dr. Danilo. Daniel apresentou a Silvia que seria Superintendente da Supram Noroeste de Minas sendo a primeira suplente da URC que irá



fazer a presidência nas próximas reuniões. O presidente informou que Silvia assumiu a superintendência recentemente com a função importante de levar a Supram Norte a um rumo mais eficiente e afirmou esperar com que ela contribua na URC. O presidente parabenizou Rodrigo superintendente da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, pelo seu aniversário. Daniel informou que inverte a ordem e faz o comunicado dos conselheiros junto com assuntos gerais. **Item 3 - Comunicado dos Conselheiros. Item 15 – Assuntos Gerais.** O presidente apresentou a conselheira Lilian Costa Damasceno da SEAPA, pois seria a primeira vez que a conselheira participa de uma reunião. Moisés (FETAEMG) afirmou que na região do Triângulo Mineiro existem muitos javalis e esses animais estão agredindo a agricultura, colocando em risco a pecuária, seres humanos além do meio ambiente, pois eles fuçam nas veredas, estariam comendo os cocos e buritis, podendo vir a provocar um grande desequilíbrio nessa região. Como existe a discussão se isso seria competência do IBAMA ou da Secretaria do Estado, o conselheiro afirmou que deveria ter uma resposta do Ibama ou do Estado para obter uma resposta de uma forma mais simplificada antes que vire uma praga. Na região entre Campina Verde, Prata, Monte Alegre já está instalada uma praga devendo conscientizar as pessoas de que isso não é normal para que elas não contribuam para o aumento dessa praga. O presidente solicitou ao conselheiro que fizesse essa consulta formal a SEMAD endereçando a ele mesmo, pois está sendo discutidas as competências dos órgãos onde será feitas varias reuniões para se discutir podendo esse ser um assunto a ser discutido e levado as mesas de reuniões. Tenente Carlos Alberto (Polícia de Meio Ambiente) questionou o conselheiro Moisés (FETAEMG) se trata de um caso isolado ou estaria ocorrendo com frequência e se já foi feito algum boletim de ocorrência comunicando ao IBAMA e a Polícia de Meio Ambiente local. O conselheiro Moises esclareceu que não seria um caso isolado e estaria ocorrendo com frequência a uns 6 (seis) anos. A polícia ambiental foi procurada para saber o que poderia fazer, porém se houve alguma autuação não se sabe, sendo passado que não poderia fazer nada sem autorização. Tenente Carlos Alberto (Polícia de Meio Ambiente) informou que houve um caso semelhante no município de estrela do sul e Tupaciguara onde a Polícia Ambiental foi procurada, foi feito o boletim de ocorrência que foi passado para o MP e para o IBAMA, as pessoas interessadas procuraram o IBAMA em Uberlândia e em alguns casos foi autorizado o abate para as espécies que estavam causando prejuízo para o empreendedor. A solução encontrada nesses dois casos teria sido essa com a autorização do MP. Assim deveria fazer um boletim de ocorrência e a partir daí comunicar ao Ibama e ao MP e dentro de critérios vinha ser feito esse abate devendo ser observado uma serie de itens. Moises (FETAEMG) esclareceu que a discussão seria a quem compete autorizar essa situação se seria o Estado ou ao IBAMA sendo por isso o questionamento, pois tanto o Ibama quanto o estado não estão prontos para essa discussão. Tenente Carlos Alberto (Polícia de Meio Ambiente) informou que a fauna ainda seria competência do IBAMA apesar do Estado estar tentando assumir essa parte. O presidente Daniel afirmou o Estado ainda não fazer nada em relação a fauna, porém a lei complementar número 140 trouxe alguns pontos bem objetivo quanto a isso e apesar da objetividade da lei o Ibama estaria em duvida sobre o que fazer. O presidente solicitou novamente que o pedido seja feito de forma oficial para ele mesmo para que seja levado para as próximas reuniões sendo um ponto importante que ainda não tinha sido discutido nas reuniões de segunda – feira. Tenente Carlos Alberto (Polícia de meio Ambiente) aconselhou a orientar o pessoal que paralelamente a esse contato acione a polícia de meio ambiente para ir até o local e realizar o registro. José (AMEDI) questionou se o licenciamento do cemitério seria uma competência da Supram ou do CODEMA, porque



estaria passando por um processo em Uberlândia e estaria em processo de edital. O conselheiro questionou se nesse edital não teria que ter os estudos técnicos da localidade e isso ainda não teria sido feito e no edital consta a construção de um crematório, sendo essa questão levantada, pois no ano passado teve um processo de um crematório de Araxá e foi indeferido pelo conselho. Assim o conselheiro questionou se a licença previa não teria que ser antes do edital da contratação da empresa. Kamila (SUPRAM) informou que a competência para licenciamento dessas atividades seria do estado, porém a interferência no certame, e que tem que apresentar estudos ambientais fuge da alçada do estado, porém pode ter a licitação e a empresa posteriormente regularizar a licença previa. Sylvio (UFU) solicitou informações a respeito de processo eletivo de composição, pois a algum tempo a Universidade encaminhou os documentos e foi sabido dos impedimentos que ocorreram, porém, é preciso levar a informação a universidade sobre o assunto. O presidente informou que esse assunto seria com a superintendência e como foi colocado, houve questionamentos de organizações não governamentais que levaram a uma serie de recursos e classificações. Na sexta- feira passada encerrou o prazo para recurso estando agora no processo de análise e decisão desse recurso, uma vez, que a estiver resolvido volta a cargo com processo, tendo uma ampla divulgação quando o processo voltar para discussão, os documentos apresentados poderão ser utilizados esperando que em dois meses isso seja resolvido e a eleição efetivada. Até lá o mandato de todos conselheiros estará prorrogado até que se tenha uma nova eleição. **Item 4 - Exame da Ata da 84ª RO de 09/12/2011.** Sylvio (UFU) informou que da linha 68 até a linha 81, refere-se a uma fala do conselheiro Carlos Valera, e essa fala teria um problema na sua composição escrita, pois a forma em que foi apresentada varia na concordância de primeira pessoa para terceira pessoa, ficando difícil para quem não esteve na reunião entender o que foi dito. O conselheiro solicitou que tenha um apuro um pouco maior na transcrição da ata para que quem não compareceu possa entender. O presidente questionou ao conselheiro Carlos Valera (PGJ) se teria algo a retificar. Carlos Valera (PGJ) solicitou que a equipe da Supram entre em contato com ele para transcrever esse item e sanar a dúvida do conselheiro Sylvio. A ata foi colocada em votação. Abstenção: Sylvio (UFU). Aprovada pela maioria. O presidente agradeceu a Raquel (representante da Prefeitura) e toda equipe do Parque Siquieroli pela concessão do espaço para realização da reunião. O presidente informou que iria ler todos os processos e aqueles que houve destaque os conselheiros solicitem. Os processos que não tiverem pedido de destaque serão votados em bloco. **Item 5 - Processos Administrativos para exame de Licença Prévia:** 5.1 *Prefeitura Municipal de Presidente Olegário/Abatedouro Municipal - Abate de animais de médio e grande porte (bovinos e suínos) - Presidente Olegário/MG - PA/Nº 01090/2011/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.* O conselheiro Sylvio (UFU) solicitou destaque. 5.2 *Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM - Barragens de contenção de rejeitos / Resíduos - Araxá/MG - PA/Nº 00033/1981/051/2011 - DNPM nº. 6746/1956 - Classe 5 -Apresentação: Supram TMAP.* Houve destaque dos conselheiros e da Supram. **Item 6 - Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 6.1 *Vale Fertilizantes S.A. - Fabricação de outros produtos químicos não especificados ou não classificados - Uberaba/MG - PA/Nº 00042/1978/032/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.* Não houve destaque. **Item 7 - Processos Administrativos para exame de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação - “Ampliação”.** 7.1 *Britagem Três Irmãos Ltda. - Extração de rocha para produção de britas, obras de infraestrutura, pilhas de rejeito/estéril, estradas para transporte de minério/estéril -*



139 Uberlândia/MG - PA/Nº 16475/2009/002/2011 - DNPM nº. 832.165/2001 - Classe 3 -
140 Apresentação: Supram TMAP. O conselheiro Sylvio (UFU) solicitou destaque. 7.2 Vale
141 Fertilizantes S.A. - Fabricação de produtos intermediários para fins fertilizantes [uréia,
142 nitratos de amônio (NA e CAN) e fosfatos (SSP e TSP)] - Uberaba/MG - PA/Nº
143 00042/1978/031/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. **Item**
144 **8 - Processos Administrativos para exame de Licença de Instalação:** 8.1 Triunfo Iesa
145 Infra-Estrutura S.A. - Extração de rocha para a produção de britas com ou sem tratamento e
146 estradas para transporte de estéril / minério - Iturama/MG - PA/Nº 07566/2011/002/2011 -
147 DNPM nº 830.261 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. Houve pedido de destaque. 8.2
148 Pedro Costa Júnior - FI - Extração de rocha para produção de brita com ou sem tratamento -
149 Perdizes/MG - PA/Nº 01235/2002/003/2007 - DNPM nº 832.277/1993 - Classe 3 -
150 Apresentação: Supram TMAP. Houve pedido de destaque. **Item 9 - Processos**
151 **Administrativos para exame de Licença de Instalação Corretiva:** 9.1 Luiz Carlos Pereira
152 de Souza/Fazenda São Francisco de Assis - suinocultura (unidade de produção de leitões),
153 culturas anuais, criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) e
154 bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite - Uberlândia/MG -
155 PA/Nº 03723/2011/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Houve pedido de
156 destaque. 9.2 Gerdau Comercial de Aços Ltda. - Prestação de outros serviços não citados ou
157 não listados - comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos - Uberlândia/MG
158 - PA/Nº 00236/2011/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve pedido
159 de destaque. **Item 10 - Processos Administrativos para exame de Licença de Operação:**
160 10.1 FER Alvarez - Produtos Siderúrgicos Indústria e Comércio - Depósito de sucata
161 metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos,
162 graxas ou produtos químicos, exceto embalagens de agrotóxicos - Uberlândia/MG - PA/Nº
163 05039/2011/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve pedido de
164 destaque. 10.2 Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA - Pilhas de
165 rejeito/estéril - Araxá/MG - PA/Nº 05353/2006/010/2011 - DNPM nº 35102/1956 - Classe 6 -
166 Apresentação: Supram TMAP. Houve pedido de destaque. 10.3 Vale Fertilizantes S.A. -
167 Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minerais não metálicos, exceto em áreas
168 cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento - Araxá/MG - PA/Nº
169 00078/1980/049/2010 - DNPM 6746/1956 - Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. Houve
170 pedido de destaque. **Item 11 - Processos Administrativos para exame de Licença de**
171 **Operação Corretiva:** 11.1 Cia de Cimento Portland Lacim (Ex-Lafarge Brasil S.A.) - PCH
172 Cachoeira dos Macacos - barragem de geração de energia elétrica/hidrelétrica - Sacramento
173 e Perdizes/MG - PA/Nº 00341/1998/003/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.
174 Houve pedido de destaque. 11.2 Gean Fernan Indústria e Comércio Ltda. - Fecção e
175 confecção de roupas, peças de vestuários e artefatos diversos de tecidos com lavagem,
176 tingimento e outros acabamentos - Patos de Minas/MG - PA/Nº 01478/2003/002/2011 -
177 Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve pedido de destaque. 11.3 Maurício
178 Carvalho Brandão/Fazenda Salitre - Suinocultura (crescimento e terminação), bovinocultura
179 de leite, cafeeicultura e culturas perenes (maracujá) - Patrocínio/MG - PA/Nº
180 16522/2007/003/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Houve pedido de destaque.
181 11.4 GLM Confecções Ltda. - Fecção e confecção de roupas, peças de vestuários e artefatos
182 diversos de tecidos com lavagem, tingimento e outros acabamentos - Araguari/MG - PA/Nº
183 22002/2009/001/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. Houve pedido de destaque.
184 11.5 Miron Pereira / Fazenda dos Martins - Suinocultura (crescimento e terminação) -



185 Uberlândia/MG - PA/Nº. 12192/2005/001/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. O
186 item foi retirado de pauta. **Item 12 - Processos Administrativos para exame de**
187 **Revalidação de Licença Operação:** 12.1 Fertilizantes Heringer S.A. - Formulação de
188 adubos e fertilizantes - Uberaba/MG - PA/Nº 00275/2000/004/2011 - Classe 4 -
189 Apresentação: Supram TMAP. Não houve pedido de destaque. 12.2 SIPCAM UPL Brasil
190 S.A. - Fabricação de agrotóxicos e afins - Uberaba/MG - PA/Nº 00055/1987/014/2011 -
191 Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. Houve pedido de destaque. 12.3 S.A. Usina
192 Coruripe Açúcar e Alcool - Destilação de álcool, produção de energia termoeletrica e posto
193 de abastecimento de combustível - Limeira do Oeste/MG - PA/Nº 01650/2003/007/2009 -
194 Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve pedido de destaque. 12.4 Vale
195 Fertilizantes S.A. - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido - minerais não metálicos,
196 exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento, unidade de tratamento de
197 minerais - UTM, obras de infra-estrutura (pátio de resíduos e produtos / oficinas), barragens
198 de contenção de rejeitos/resíduos, pilhas de rejeito/estéril, estradas para transporte de
199 minério/estéril, fabricação de ácido sulfúrico a partir de enxofre elementar, inclusive quando
200 associada à produção de fertilizantes, fabricação de produtos intermediários para fins de
201 fertilizantes [uréia, nitratos de amônio (NA e CAN), fosfatos de amônio (DAP e MAP) e
202 fosfatos (SSP e TSP)], formulação de adubos e fertilizantes, terminal de produtos químicos e
203 petroquímicos e postos de abastecimento, postos ou pontos de abastecimento, instalações de
204 sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de
205 combustíveis de avião - Araxá/MG - PA/Nº 00078/1980/041/2008 - DNPM nº. 35.101/1946 -
206 Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. Houve pedido de destaque. 12.5 Companhia
207 Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM - Metalurgia dos metais não-ferrosos em
208 formas primárias, inclusive metais preciosos - Araxá/MG - PA/Nº 00033/1981/047/2010 -
209 Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. Houve pedido de destaque. 12.6 Ultratintas
210 Indústria Química Ltda. - Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 1 (perigosos)
211 não especificados - Uberaba/MG - PA/Nº 00132/1996/004/2005 - Classe 3 - Apresentação:
212 Supram TMAP. Houve pedido de destaque. 12.7 Vale Fertilizantes S.A. - Lavra a céu aberto
213 com tratamento a úmido e unidade de tratamento de minerais - Tapira/MG - PA/Nº
214 00001/1988/016/2009 - DNPM nº. 930.785/1988 - Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP.
215 Houve pedido de destaque. 12.8 Jamila Luiza Guimarães Silva (Ex. Espólio de Jovino Miguel
216 da Silva) / Fazenda Boa Esperança - Suinocultura (crescimento e terminação) e criação de
217 bovinos de corte (extensivo) - Ituiutaba/MG - PA/Nº 90171/2003/002/2010 - Classe 3 -
218 Apresentação: Supram TMAP. Houve pedido de destaque. 12.9 Pedro Cléber Guimarães e
219 outro / Fazenda Paraíso - Suinocultura (unidade de produção de leitões) e silvicultura -
220 Patos de Minas/MG - PA/Nº 16187/2005/002/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram
221 TMAP. Esse item consta uma errata que na página 04 do P.U terceiro paragrafo, onde se lê
222 101,11, 69 esperando a anuência do vizinho para sexta feira considerar 250,00 mil hectares.
223 Não houve pedido de destaque. **Item 13 - Processo Administrativo para exame de**
224 **Prorrogação de Prazo de Validade de Licença Prévia concomitante com a Licença de**
225 **Instalação - “Ampliação”:** 13.1 Francesco Maria Giuseppe Ambrogio Carotti / Fazenda
226 Furna da Aldeia - Suinocultura e bovinocultura de corte (extensivo) - Ituiutaba/MG - PA/Nº
227 07441/2006/003/2008 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. **Item**
228 **14 - Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante da Revalidação**
229 **de Licença de Operação:** 14.1 Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. -
230 COOXUPÉ - Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem,



231 *descascamento ou classificação - Monte Carmelo/MG - PA/Nº 50215/2004/004/2009 - Classe*
232 *3 - Apresentação: Supram TMAP.* Houve pedido de destaque. O presidente informou que
233 houve pedido de destaque nos itens 5.1; 5.2; 7.1; 8.1; 8.2; 9.1; 10.2; 10.3; 11.1; 11.3; 11.4;
234 12.2; 12.4; 12.5; 12.6; 12.7; 12.8 e 14.1. O item 11.5 foi retirado de pauta. Os itens 6.1; 7.2;
235 9.2; 10.1; 11.2; 12.1; 12.3; 12.9 e 13.1 foram colocados em votação em bloco. Aprovados por
236 unanimidade. O item 5.1 foi colocado em discussão. Sylvio (UFU) solicitou uma informação
237 da prefeitura de Presidente Olegário se a distância da área urbana para o matadouro estaria
238 incluso a área de expansão urbana. O representante da prefeitura não estava presente. O
239 presidente questionou se a Supram teria condições de responder o questionamento. Alexandre
240 (SUPRAM) informou que a Supram não teria como responder se existe área de expansão
241 urbana tendo somente a informação que fica a 1 km de núcleos populacionais. O presidente
242 questionou se formalmente seria área urbana ou área rural. Alexandre (SUPRAM) esclareceu
243 que seria área rural. Sylvio (UFU) afirmou saber que nem todo município possui o plano
244 diretor, mas a distância colocada seria cerca de 800 metros para o limite da área urbana, se
245 esse local estiver em uma área de expansão urbana o problema pode não aparecer agora, mas
246 pode vir futuramente. Assim, o conselheiro questionou se não haveria perspectiva de
247 expansão urbana nessa área. O presidente informou que de acordo com sua opinião por estar
248 perto da cidade existe o risco sim. Sylvio (UFU) indagou que devido ao tamanho da
249 população não se sabe se caberia uma solicitação de condicionante para que informasse se
250 seria existe ou não área prevista para expansão urbana. O presidente informou que por ser
251 uma licença previa poderia colocar essa informação para ser prestada na L.I e fazendo uma
252 observação na decisão da L.P, ao invés de condicionante, para que na L.I a Supram peça essa
253 informação ao empreendedor. O presidente pediu ao pessoal da SUPRAM que coloque uma
254 observação nessa decisão para que na L.I a informação seja trazida ao conselho. O item foi
255 colocado em votação. Aprovado. Item 5.2 foi colocado em discussão. Kamila (SUPRAM)
256 esclareceu que o destaque seria para excluir no item 7 do parecer único, o último paragrafo
257 para que incluía a condicionante da compensação ambiental estatuída pela Lei do SNUC já na
258 L.P. Assim, a condicionante será inclusa e protocolada na gerencia de compensação ambiental
259 do IEF solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental de
260 acordo com a lei 9.985 decreto estadual 45.1175 e decreto estadual 45.629 o prazo seria 30
261 dias da publicação da decisão da URC que estabeleceu essa condicionante. Carlos Valera
262 (PGJ) afirmou que o destaque seria justamente devido a Lei do SNUC chamando a atenção da
263 equipe técnica, pois o próprio decreto fala como deve ser condicionado na L.P, devendo
264 adotar sempre esse posicionamento para evitar os pedidos de destaque. O conselheiro Natal
265 (CEFET/MG) questionou a equipe técnica ou o empreendedor, pois observando tabela 2 na
266 pagina 4 e 5 percebe-se que a alternativa locacional 3 (três) que seria a escolhida, possui uma
267 área impactada de 1, 65 Km² que suporta um volume de armazenagem de 29,3 milhões de
268 metros cúbicos com vida útil prevista para 8 (oito) anos. A alternativa 1 (um) por sua vez
269 possui área impactada de 2,88 Km² e suporta um volume de armazenagem de 64,9 milhões de
270 metro cúbico, com vida útil prevista para 17 anos. Ainda que os argumentos apresentados na
271 página 5 (cinco) apresentem vantagem para alternativa 3, o conselheiro sugeriu que o
272 conselho repense essa escolha tendo em vista a informação na pagina 2 de que as reservas da
273 empresa são para varias décadas o que leva a concluir que daqui a 8 anos forçosamente a área
274 será utilizada para deposição de rejeitos. O conselheiro questionou porque teria sido feito a
275 opção por uma área que terá uma vida útil de 8 (oito) anos em detrimento de uma com vida
276 útil de 17 anos. Franklin (SUPRAM) esclareceu que várias seriam as características de se



escolher uma área, não só a questão da vida útil da barragem. No projeto da empresa foi previsto todo um trabalho dentro dos próximos 6 anos, consequentemente chegou-se a modelagem que da para trabalhar durante 8 anos, concomitante a isso a empresa possui outros estudos em poder processar o rejeito de outra barragem, recuperar área de outra barragem e outras questões técnicas que o representante da empresa pode esclarecer melhor. Bruno Rifel (Representante da empresa CBMM) esclareceu que a CBMM possui reservas inesgotáveis e essa não seria a terceira e nem a ultima barragem. O local selecionado por critérios locacionais como área menos impactante, se manifesta de uma maneira visualmente errada através do Google, de uma foto colocada de 2003. Posteriormente a esse foto foi feita uma intervenção devido a um empreendimento que não teria ocorrido e foi alterado, assim a visibilidade de área verde entre outras coisas que chamam a atenção nessa área, da uma conotação errônea sobre o ponto de vista da biodiversidade dando a impressão que ela possui mais verde quando ela não tem. A próxima tabela observada, fala em cobertura vegetal, regeneração de 40.59 hectares que foram eucaliptos tirados que estão toquinhos crescendo. Assim, ao tirar os 40.59, a área verde diminui ficando bastante diferenciada dentro do contexto, então a imagem e a linha atrapalha a interpretação. O representante esclareceu que as razões pelo qual se definiu por essa área, seria a área impactada ser a menor de todas; a proximidade ao empreendimento, a área já seria antropizada; a área estaria na zona de mineração e indústria da área urbana; existe monitoramento permitindo um controle pré-operacional muito mais efetivo; estaria a montante de uma outra barragem de água que seria uma manifestação clara e inequívoca que o empreendimento vai fazer um bom trabalho pois a jusante encontra-se uma água que vai ser capturada. Outros aspectos citados seria que se fosse uma área ao invés desta teria que cruzar vales com bombeamentos intervindo em APPs, por fim o estéril que poderia ser colocado em uma dada região distante seria agora colocado em uma região bem próxima, cerca de 1,5 Km diminuindo o efeito de gases estufa na sua geração durante oito anos. Essas seriam as razões fundamentais por considerar a barragem oito, além dos fatores ambientais que são de menores impactos. Sylvio (UFU) afirmou que sua consideração seria a respeito da escolha da alternativa com 08 (oito) anos de vida útil, pois o que parece são que os fatores determinantes para a escolha foram o cumprimento do sistema de recalque, sendo o único fato que a priori são os que encarecem a instalação na alternativa 1 e não na 3, porque todos os outros números principalmente a relação de tempo de uso e tamanho da barragem são favoráveis a instalação número 1. Os dados quanto à interferência na área vegetal, são contemporizados quando começa a analisar item por item observa-se que a área de preservação permanente na alternativa 1 seria menor que na alternativa 2, se tratando de intervenção em APP. O conselheiro ressaltou também que a única área de campo rupestre seria a área da alternativa 1 que seria favorável a alternativa 3, porém se diminuir a cota da alternativa 1 diminui da vida útil dela mas não atinge os campos rupestre que estaria na parte mais alta, sendo um problema que também poderia ser solucionado. Sylvio informou que sobre o ponto de vista ambiental não se poderia dizer que essa teria sido a melhor alternativa, não estando satisfeito com essas explicações. O presidente questionou se o conselheiro gostaria de fazer alguma pergunta ao empreendedor. Sylvio (UFU) questionou quanto custaria fazer a alternativa 1, 2 e 3. Bruno esclareceu que a CBMM não se guia a valores financeiros para comparar potenciais locais adequados a barragem. Nesse sentido a empresa se atém as questões vinculadas ao meio ambiente e secundariamente as questões operacionais vinculadas de fato essa seria a melhor área sobre ponto de vista ambiental para se colocar uma barragem. Sylvio (UFU) ressaltou ser obvio que a empresa faz considerações



econômicas, sendo um absurdo falar que a empresa não contabiliza um investimento desse tipo. Uma outra observação seria que as informações ambientais ainda não seriam satisfeitas pois o volume de terra destinado a barragem número 1 seria menor que o da barragem número 2 implicando que terá menos gastos, uma menor área, menos poluição pois utiliza menos máquinas. Sylvio afirmou que os únicos dados que o conduzem a opção seria os dados de cumprimento do sistema de recalque, porque pelo entendimento do texto todas as áreas já seriam de propriedade da própria companhia. Franklin (SUPRAM) esclareceu que a alternativa 3 se trata de uma área mais perturbada pois de uma lado se tem a planta industrial e do outro lado uma das vertentes que pretende utilizar estão implantadas pilhas de estéril. Quanto a questão de volume do aterro, a utilização de estéril proveniente da mina elimina a necessidade de área de empréstimo fazendo com que a vida útil das pilhas que são licenciadas aumenta tendo um ponto de vista favorável. Franklin ressaltou a questão da zona minero-industrial que é considerada como área urbana e a alternativa que insere toda essa área seria a alternativa três. José (AMEDI) ressaltou que teria pessoas inscritas para falar sobre esse processo. O presidente questionou se seriam representantes do empreendimento. José (AMEDI) esclareceu que não seria conselheiro, porém a pessoa havia escrito o nome no livro para poder pronunciar. O presidente concedeu a fala ao Sr. Gustavo Mallaco. Gustavo Mallaco abrangeu em sua fala a questão da Vale e da CBMM em Araxá, pois já teria tempo que vem sendo destacado a questão de ter sempre uma serie de empreendimentos na região, Araxá já em varias décadas pois antes era a Bunge e hoje é a Vale e a CBMM, e o dinheiro da compensação sempre colocado indo para o caixa do estado, as empresas fazem seu papel destinam o recurso, o estado pega coloca no caixa e aprova em uma câmara legítima para outros locais. Gustavo ressaltou que Araxá é considerada uma área prioritária para conservação da biodiversidade, possui um impacto representativo devido a essas questões minerárias e não existe nenhum retorno devido a essa compensação ambiental para o município ou as bacias hidrográficas que estão ali. Mais uma vez essa questão do recurso dessa compensação será discutida, pois as empresas devido a responsabilidade sócio ambiental não iriam se opor que esse recurso que elas destinam ao governo retornassem ao município ou a bacia talvez para um estudo para implementação de uma unidade de conservação futura sendo essa a sugestão dada ao conselho. O item foi colocado em votação. Aprovado pela maioria. Os conselheiros Thiago (FIEMG) e Sylvio (UFU) se abstiveram. O item 7.1 foi colocado em discussão. Sylvio (UFU) afirmou fazer uma observação genérica sobre todos os processos de britagem e mineração. O conselheiro ressaltou ser também conselheiro do parque estadual do Pau- Furado e na ultima reunião aprovou o plano diretor do parque. O conselheiro questionou se essa informação do IEF já foi publicada, pois alguns empreendimentos podem estar na área de influencia do parque estadual, pois parece ser necessária uma autorização por parte do conselho quando do encaminhamento desses processos. O presidente questionou ao conselheiro se ao dizer área de influência ele estaria referindo zona de amortecimento, pois seria de praxe e usual nas análises verificar se está dentro de um uso sustentável e no entorno da zona de amortecimento dessas cidades já sendo um check list da análise fazer essa verificação. Existem as unidades de conservação e todas devidamente registradas no sistema onde são lançadas a coordenada e é feita a verificação da localização do empreendimento em face as unidades de conservação, já sendo um procedimento padrão para todos processos exigir autorização da unidade de conservação, quanto ao item 7.1 o conselheiro solicitou que a Supram se manifestasse. Kamila (SUPRAM) esclareceu ao conselheiro Sylvio (UFU) que no final de 2010, houve uma alteração na



369 legislação mudando a ótica de verificar a questão da anuência de empreendimentos que estão
370 na zona de amortecimento. O que estaria ocorrendo seria que hoje não se utiliza mais 10 Km,
371 e já teria sido estabelecido a zona de amortecimento e se não foi estabelecido irão verificar se
372 o empreendimento foi instruído com EIA/RIMA ou com outro estudo. Se foi com outro
373 estudo que não seja o EIA/RIMA e a zona de amortecimento está fora de 2KM a legislação
374 não obriga a fazer nada, portanto se estivesse dentro da zona de amortecimento e processo que
375 não é instruído pelo EIA/RIMA, o órgão tem que dar ciência a unidade de conservação do
376 empreendimento na zona de amortecimento ainda assim o empreendedor não precisaria
377 buscar anuência junto ao órgão da unidade de conservação o que seria preciso ver nesse caso
378 é que foi colocado que o empreendimento estaria a mais de 6 Km da unidade de conservação
379 e no plano diretor aprovado do Parque Estadual do Pau - Furado, seria preciso verificar pois
380 não teria sido estabelecido a zona de amortecimento específica. Sylvio (UFU) afirmou que foi
381 aprovada e que existe, estando delimitada não possuindo a margem dos 10 Km fixa, sendo
382 variável, porém a verificação deveria ser feita. Camila (SUPRAM) afirmou que segundo
383 orientação do Erick gerente do pau – furado foi estabelecido 3 KM , assim considerando de
384 acordo com relatório indicativo tirado pelo SIAM que estaria na página 223 do processo desse
385 referido empreendimento, ele se situa numa distância de 6,6 Km do parque do pau – furado.
386 Rodrigo (SUPRAM) ressaltou que conforme conversa com Erick a zona de amortecimento
387 tem entre 3.0, 3.5 e 3.800, e especificamente em relação a esse empreendimento teria sido
388 perguntado e ele informou que estaria fora da zona de amortecimento estabelecida. O
389 presidente informou que isso vai para o sistema sendo muito fácil fazer essa checagem.
390 Raquel (Prefeitura de Uberlândia) lembrou ao conselheiro Sylvio (UFU) que o plano
391 realmente teria sido aprovado, porém ele ainda não havia sido publicado. Sylvio (UFU)
392 ressaltou outra observação geral em relação ao encerramento das cavas e da recomposição da
393 área biodegradada, pois não foi visto nos processos nenhuma menção e para qualquer
394 licenciamento seria necessário essas informações. Franklin (SUPRAM) esclareceu que a vida
395 útil da empresa vai além do prazo da licença assim quando for revalidado será avaliado
396 quando vai terminar a vida útil da empresa e assim incluir o plano de fechamento da mina
397 geralmente dois anos antes de finalizar tendo o tempo de referência da FEAM. O presidente
398 questionou se o plano de encerramento da cava somente seria apresentado no último
399 licenciamento. Camila (SUPRAM) esclareceu ser uma L.P e caso seja feito o pedido pelo
400 conselho poderia analisar na L.O para essa atividade. Sylvio (UFU) questionou se seria
401 possível colocar essa condicionante da apresentação de um plano de encerramento de mina. O
402 presidente informou que a proposta poderia ser feita e solicitou ao conselheiro para que redija
403 a condicionante. O conselheiro Sylvio (UFU) esclareceu que essa solicitação seria para todos
404 processos minerários, e especificamente para os itens 5.2; 10.2 e 12.5, esses três processos
405 citam uma área da fazenda São Sebastião e citam os mesmos números. O conselheiro afirmou
406 ter ficado em dúvida sobre o que estaria compensado o quê, e como não está especificado no
407 processo que área da fazenda foi para cada coisa, estando tudo genérico não se sabe qual é de
408 qual. O presidente solicitou que viesse mais claro para evitar esse tipo de discussão. Sylvio
409 (UFU) afirmou que quando se vem muito genérico não se sabe o que está sendo compensado,
410 se está sendo compensado na medida correta, inclusive na página 15 do item 12.5, fala que
411 também na Fazenda São Geraldo mas seria uma outra fazenda porque o texto anterior diz
412 respeito a Fazenda São Sebastião. Franklin (SUPRAM) esclareceu que seria a mesma
413 fazenda São Sebastião, e esclareceu que em cada item de cada processo será esclarecido em
414 cada processo para facilitar, porém trata-se do empreendimento da CBMM e da Comipa e



ambos compensam em um único lugar que seria a Fazenda São Sebastião que foi adquirida para compensação. O presidente esclareceu que a preocupação do professor seria se está ocorrendo sobreposição, ou seja, a fazenda estaria aguentando tudo. Sylvio (UFU) afirmou que o tamanho da fazenda e a porcentagem da área destinada seria a mesma não sabendo qual estaria sendo compensada ou não, podendo gerar duvidas para o próprio empreendedor por não saber se o procedimento estaria ou não sendo adequado. O presidente questionou o conselheiro Sylvio (UFU) se a informação da Supram bastaria e nos próximos processos ela começa a deixar mais clara a questão. O conselheiro Sylvio (UFU) esclareceu que estando as áreas especificadas dentro da proposta que teria sido acordada a informação bastaria. O conselheiro solicitou que ficasse bem claro para todos que não estaria ocorrendo sobreposição, até porque uma das áreas de um dos processos foi autorizada uma área de rejeito como área de reserva legal. Daniel questionou Franklin (SUPRAM) se a fazenda estaria suportando todas as compensações sem nenhuma sobreposição. Sylvio (UFU) afirmou que o questionamento seria simples, se não existe sobreposição e se estaria compensado àquilo que foi especificado. Franklin (SUPRAM) esclareceu que não existe sobreposição de áreas a propriedade seria bem superior a compensação, a propriedade teria sido vistoriada pelo IEF de Araxá, tendo laudo técnico sendo bastante tranqüila essa situação. O presidente ressaltou que não existe sobreposição e solicitou que isso venha de forma clara nos próximos pareceres únicos quando ocorrer situação semelhante. O presidente esclareceu ao professor que sua preocupação não seria equivocada porque em outras épocas, já teria ocorrido compensação com andares sendo uma preocupação valida. O presidente questionou se teria mais alguma discussão no item 7.1. O conselheiro Silvio (UFU) afirmou que teria uma disposição de água da cava na APP, porém não teria informação de como essa disposição seria feita e se estaria provocando erosão e assoreamento. O conselheiro afirmou que como não conhece a cava, não saberia a quantidade de água que seria retirada dessa cava podendo ser pouca, porém pode ser uma quantidade que cause assoreamento ou erosão. Franklin (SUPRAM) esclareceu que não teria disposição de água na cava de forma de acumulação de água na APP. A cava conforme vai sendo avançada a água da chuva per cola pela rocha alterada chegando a rocha basáltica que seria impermeável, para o auxílio da lavra bombeia água para fora da casa. Nesse empreendimento específico foi feito um canal que passa pela APP e lança no curso d'água para que não haja problema de assoreamento e alteração da gotagem do curso d'água foi solicitado informação no projeto para decantação desses sólidos até chegar no curso d'água. O processo foi colocado em votação. Aprovado parecer único. Foi colocada em votação a condicionante proposta pelo conselheiro Sylvio (UFU) com o seguinte texto: "Apresentar plano de encerramento de mina. Prazo formalização da L.O." Franklin solicitou que fosse apresentado de acordo com termo de referencia. O presidente acrescentou a solicitação do técnico passando a ter o seguinte texto: "Apresentar plano de encerramento de mina de acordo com termo de referencia do SISEMA. Prazo formalização da L.O". A condicionante foi colocada em votação. Aprovada. O item 8.1 foi colocado em discussão. Calos Valera (PGJ) esclareceu que por se tratar de um empreendimento classe 5, deveria ser adicionado a condicionante da Lei do Snuc com a redação da Supram. O conselheiro Tenente Carlos Alberto afirmou que no item 5 diz que vai haver perfuração de poço tubular para fins de atender demanda hídrica de umidificação das via de acesso de água, porém não teria sido visualizado no processo uma solicitação de perfuração. O conselheiro questionou se esse processo vai ocorrer e se vai haver formalização, pois de acordo com a DN toda perfuração tem que haver processo de formalização. Franklin esclareceu que a empresa pretende utilizar



461 a água de um posto tubular que já estaria outorgado para uma outra atividade licenciada
462 porém havendo a necessidade de mais utilização de água tem um processo de perfuração,
463 porém até a L.O isso estará definido. O conselheiro Carlos Alberto (PMMG) questionou se o
464 poço já existente seria no empreendimento ou em outro empreendimento. Franklin
465 (SUPRAM) esclareceu que esse poço já existente, seria da empreendedora, utilizado em uma
466 fabrica já licenciada. O conselheiro Carlos Alberto questionou se seria no mesmo local.
467 Franklin informou que seria próxima a área. Carlos Alberto afirmou que se não estivesse
468 enganado no processo iria ocorrer essa perfuração para atender essa finalidade do
469 empreendimento. Franklin afirmou que pretende-se. O conselheiro questionou que caso isso
470 venha ocorrer se teria que formalizar o processo para poder fazer a intervenção. Franklin
471 afirmou que teria que fazer esse processo e que a perfuração já teria sido pedida. A perfuração
472 estaria sendo analisada após a perfuração tem que fazer o processo de outorga e junto com a
473 L.O voltaria todas informações para o conselho. O conselheiro Carlos Alberto (Polícia de
474 Meio Ambiente) questionou se todas essas informações não deveriam estar constando no
475 processo caso venha haver a necessidade. O presidente afirmou ser temeroso colocar isso em
476 uma condicionante, pois seria obrigação deles se for usar de ter, assim se começa a colocar
477 em condicionante o dia que não tiver pode servir como justificativa, tendo que ter se for usar
478 não precisando ficar condicionado. Franklin (SUPRAM) esclareceu que eles possuem um
479 poço e pelo que tudo indica atende, não havendo o atendimento desse poço aí sim, tem- se a
480 necessidade de perfurar outro, porém a princípio atende a demanda necessária. O conselheiro
481 Tenente Carlos Alberto afirmou concordar com a justificativa. O conselheiro Sylvio (UFU)
482 solicitou a inclusão da mesma condicionante feita anteriormente. O conselheiro Jose Carlos
483 (DNPM) ressaltou que do ponto de vista legal, não teria nenhum impedimento ao
484 prosseguimento do processo de licenciamento por parte da DNPM porque se houvesse a
485 licença seria inócua assim o prosseguimento será seguido normalmente e o órgão ambiental
486 irá comunicar a parte ilegal que já teria acontecido que será investigado e aberto um processo
487 para investigar que a união seja ressarcida da usurpação do caso se ficar constatado, dando
488 direito de defesa. O processo foi colocado em votação. Aprovado. Foi colocada em votação a
489 proposta de condicionante de compensação ambiental sugerida pelo conselheiro Carlos Valera
490 (PGJ). Aprovada pela maioria. Os conselheiros: Thiago, Marco Túlio (FAEMG) e Flavio
491 (SEDE) votaram contra por entenderem que a equipe técnica na teria modificado o impacto
492 ambiental. Foi colocada em votação a condicionante do fechamento da mina, conforme
493 processo anterior, proposta pelo conselheiro Sylvio. Aprovada a inclusão da condicionante. O
494 item 8.2 foi colocado em discussão. O conselheiro Tenente Carlos Alberto (Polícia do Meio
495 Ambiente) solicitou esclarecimentos da Supram, pois na condicionante de número 8 (oito)
496 que foi proposta pela FEAM, por ocasião da L.P o empreendimento teria que apresentar uma
497 proposta de compensação ambiental em detrimento da lei do Snuc, porém teria uma
498 observação de que a proposta não foi feita em conformidade com a referida lei que não possui
499 mais validade. Assim, essa condicionante teria sido desconsiderada da análise. O conselheiro
500 questionou que considerando que tenha vencido a etapa da L.P, ela não teria sido considerada
501 por não ter sido feita em conformidade com a Lei do Snuc, como que teria ficado a situação,
502 ou seja, ficou no prejuízo, ela terá que cumprir a condicionante, será autuada por não cumprir
503 a condicionante que a Feam impôs a ela. Franklin (SUPRAM) esclareceu que a condicionante
504 fala em fazer a compensação conforme a lei de Snuc, pedindo para que seja uma
505 compensação material, assim na análise técnica ficou entendido que não teria como aplicar o
506 cumprimento da condicionante sendo a posição da Supram de que não daria para fazer uma



avaliação dessa situação. O conselheiro questionou se conforme a condicionante a época teria sido cumprida. Franklin informou que conforme conversa com empreendedor a condicionante teria sido cumprida, porém hoje não se faz o tipo de compensação que teria sido feita, sendo hoje a compensação feita através da lei do SNUC. Tenente Carlos Alberto (Polícia Ambiental) questionou se a condicionante teria sido cumprida de forma errada. O presidente esclareceu que ela não teria sido cumprida de forma errada e sim feita de forma errada. Marco Túlio (FAEMG) afirmou ter entendido que mandaram o empreendedor cumprir algo que ele não tinha que cumprir, ele teria cumprido e agora está sendo desconsiderado. Thiago (FAEMG) esclareceu que o fato gerador da dúvida e que hoje trata-se de classe 3 e como a classe diminuiu não tem como impor a compensação. O conselheiro Tenente Carlos Alberto afirmou não ter entendido justamente porque na primeira leitura consta nos autos que ele não teria cumprido por ocasião da L.P e não precisaria mais por ter passado, porém se foi passado e não foi cumprido, ele teria alguma responsabilização ou deveria ter cumprido restando essa dúvida. Franklin esclareceu que esse seria um processo antigo e estaria sendo feita avaliações em alguns processos antigos, sendo comum em L.P e agora está fazendo a adequação desses processos. O processo foi colocado em votação. Aprovado. Foi colocada em votação a condicionante proposta no item anterior pelo conselheiro Sylvio (UFU). Aprovada. Item 9.1 colocado em discussão. Conselheira Natalia (OPA) afirmou que o empreendimento irá fazer uma série de intervenções, será construído várias coisas que irá gerar resíduos, sendo assim, a conselheira propôs o programa de automonitoramento que já seria padrão na Supram com envio semestral. Camila (Supram) afirmou está de acordo com a sugestão da conselheira. O presidente questionou se esse seria uma condicionante de licença de instalação ou de licença de operação. Camila (SUPRAM) esclareceu que seria uma condicionante de geração de resíduo durante a licença de instalação. O processo foi colocado em votação. Aprovado. Foi colocada em votação a condicionante sugerida pela conselheira Natalia. Aprovada. O item 10.2 foi colocado em discussão. Carlos Valera (PGJ) afirmou ser um empreendimento classe 6 (seis) o conselheiro questionou se teve lei de Snuc na fase de L.P e L.I e caso não tenha tido o conselheiro encaminhou a proposta de inclusão com a redação padrão da Supram. José Roberto (Supram) esclareceu que em conversa com o empreendedor não houve. O conselheiro Carlos Valera (PGJ) solicitou a inclusão da condicionante com a redação padrão da Supram. O processo foi colocado em votação. Aprovado. Foi colocada em votação a condicionante sugerida pelo conselheiro Carlos Valera. Aprovada pela maioria. Os conselheiros: Thiago (FIEMG), Marco Túlio (FAEMG) e Flávio (SEDE) se abstiveram. O item 10.3 foi colocado em discussão. Carlos Valera (PGJ) solicitou a mesma informação do processo anterior, se o empreendimento teve a lei de Snuc. Franklin (SUPRAM) esclareceu que o Snuc estaria sendo avaliado na CPB tendo sido incluído. O conselheiro Sylvio (UFU) solicitou a inclusão da condicionante. Franklin pediu destaque para alterar o prazo de uma condicionante no processo. O presidente solicitou que a alteração fosse feita. Franklin esclareceu que na condicionante número 2 que fala da continuidade dos programas diz que deveriam ser elaborados relatórios mensais, devendo ser alterado para relatórios trimestrais. O conselheiro Natal (CEFET) registrou o que um grande empreendimento mineral pode causar de impactos ambientais, mas também quando soube a vigilância do órgão competente como Supram pode gerar ganhos para comunidade e nesse caso fomos agraciados com a informação da presença de inúmeros e importantes registros de culturas pré coloniais na área e de muitos animais bastante raros na região como lobo-guara, raposinha, paca e jaguatirica. O processo foi colocado em votação. Franklin (SUPRAM) esclareceu ao conselheiro Sylvio que se trata de



553 um empreendimento grande e a empresa vem executando as medidas de controle, assim o
554 plano de fechamento de mina seria algo estático sendo difícil da empresa conseguir realizar
555 um plano de fechamento de mina nesse momento de uma cava dessa magnitude sendo preciso
556 ter a idéia de como será a conformação final, pois pode ser que não encontre o minério em
557 determinado local ai a cava avança para outro lado podendo comprometer a apresentação de
558 um estudo adequado. Franklin afirmou entender ser uma cava com vida útil significativa
559 podendo ser condicionada mais para frente já que terão varias revalidações desse processo.
560 Essa seria a opinião da Supram somente para que receba um projeto adequado. Sylvio (UFU)
561 esclareceu que independente do tamanho da cava não se pode ter dois pesos e duas medidas se
562 não ficaria ruim para o pequeno empreendedor que possui uma cava pequena e claro que para
563 uma grande cava seria mais complexo recuperar uma área sendo essa feita através de etapas.
564 Assim, o conselheiro sugeriu que fosse feito por etapas, ou seja, estaria sendo solicitada uma
565 etapa de exploração, assim deveria apresentar um plano dessa etapa de exploração de como
566 será feita a recuperação dessa área. Franklin (SUPRAM) esclareceu que faz uma mistura de
567 minérios para chegar a um teor adequado, e conforme vai misturando e que se sabe onde irá
568 explorar sendo feita todas as medidas na área explorada revegetando essas áreas e assim que
569 se tem necessidade de voltar na área e feito a retirada de tudo novamente voltando a explorar
570 essa mina novamente e determinar um plano de fechamento para determinado local sendo
571 que depois voltará nele novamente não seria viável. Sylvio (UFU) afirmou que não seria
572 fechamento e sim plano de recuperação da área e o que o técnico já havia citado seria esse
573 plano de recuperação da área, pois o plano de encerramento da mina seria quando se tem uma
574 área delimitada e essa área não pode ser expandida tendo que fazer o plano de fechamento da
575 mina. Franklin (SUPRAM) afirmou que somente vão saber a área que não será explorada
576 mais após muito tempo. Jose Carlos (DNPM) ressaltou que esse plano de fechamento seria
577 mais para quando a mina for exaurida sempre no final e nunca com antecedência. A área que
578 vai trabalhar é definida de inicio, porém quando se tem uma complexidade maior é valido
579 dois pesos e duas medidas e no final não teria condição de saber como iria fechar a mina,
580 sendo esse plano apresentado mais a frente. Sylvio (UFU) afirmou que independente do
581 tamanho da mina, o ciclo de vida dela estaria pré-estabelecido sempre existindo uma projeção,
582 porque viabiliza o funcionamento econômico dessa mineração, porque ninguém abre uma
583 mina se ela não for rentável durante um determinado tempo, assim nessa projeção econômica
584 tem que prever quando irá terminar isso independente do tamanho da mina. O conselheiro
585 ressaltou não ver a impossibilidade de isso ser realizado mesmo que seja com um prazo
586 maior, sendo uma necessidade inclusive para permitir que a atividade ocorra. O presidente
587 afirmou que o problema seria que daqui 5,10,40 ou 65 anos, a destinação para aquela área
588 pode mudar, Daniel informou que apesar de estar votando favorável a inclusão sugerida pelo
589 conselheiro Sylvio (UFU) a forma de tratar esse processo poderia ser diferente, pois tem uma
590 DN própria do Copam sobre isso e já teria sido solicitado a Kamila para que comparasse com
591 a condicionante do conselheiro e trouxesse na próxima reunião para que trate de uma forma
592 mais objetiva. O presidente esclareceu que não haveria prejuízo em colocar a condicionante e
593 caso o empreendedor se sinta inconformado com a condicionante ele poderia entrar com
594 recurso e ele propor e indicar o que pretende fazer com a mina poderia fazer não querendo
595 dizer que ele seria obrigado a fazer isso, porque tem uma DN própria que vai dizer como ele
596 irá fechar essa mina. Daniel afirmou que deve-se levar em consideração o que o Franklin
597 disse que é uma licença que vai durar somente 4 anos e depois terá que ter uma nova licença e
598 alterar isso novamente. Marco Tulio (FAEMG) discordou do presidente quando ele disse não



599 existe prejuízo em adicionar uma condicionante, pois, o recurso que o empreendedor vai ter
 600 que entrar, ele terá custos com profissionais que farão o recurso, custos com deslocamento,
 601 documentação existindo sim um prejuízo. Assim se a condicionante não tem que ser colocada
 602 não deveria ser, inclusive pelo esclarecimento do conselheiro José Carlos (DNPM) que seria o
 603 especialista em questões de mineração. Marco Tulio afirmou que se não existe necessidade
 604 não teria porque colocar, pois estaria gerando custos para a empresa. Carlos Valera (PGJ)
 605 esclareceu ao conselheiro Sylvio (UFU) que ele também seria preocupado com essa situação,
 606 porém eles deveriam se curvar ao posicionamento técnico de quem é da área específica, como
 607 conselheiro José Carlos (DNPM) que disse que os empreendimentos não devem ser tratados
 608 da mesma forma. O conselheiro esclareceu que eles deveriam buscar o consenso como em
 609 outros casos, e nesse específico como o especialista já teria sido consultado e disse que a
 610 condicionante não seria prudente, poderia incluir como recomendação para que isso seja
 611 avaliado em todas as revalidações de licenças de operações, e caso esteja próximo a cava
 612 poderia colocar como condicionante. Marco Tulio (FAEMG) afirmou concordar com
 613 conselheiro Carlos Valera (PGJ) e ressaltou que justiça não seria para dar a todo mundo igual,
 614 é para dar aos iguais, igual e desigual aos desiguais. Thiago (FIEMG) completou dizendo que
 615 existe um empreendimento que possui uma dimensão maior, monitoramentos diferente dos
 616 outros que já foram votados e existe a responsabilidade do empreendimento em manter já que
 617 a cava teria sido falada de 65 anos, assim o conselheiro afirmou estar de acordo com o
 618 conselheiro Carlos Valera (PGJ). Sylvio (UFU) afirmou seguir o posicionamento apresentado
 619 pelo conselheiro Carlos Valera (PGJ). Carlos Valera (PGJ) solicitou que se conste como
 620 recomendação a equipe técnica que a cada renovação da licença de operação seja avaliada a
 621 necessidade da inclusão da condicionante do plano de recuperação da cava exaurida. O
 622 processo foi colocado em votação. Aprovado. O presidente solicitou a toda equipe da Supram
 623 para que trouxessem uma informação simples que seria que se foi pago ou não foi pago a
 624 compensação. O item 11.1 foi colocado em discussão. Tenente Carlos Alberto (Polícia de
 625 Meio Ambiente) solicitou a Supram que fizesse um acerto na escrita na página 5 que estaria
 626 lei 14.309/2008 e o certo seria 14.309/2002. O conselheiro questionou se seria o caso de
 627 mencionar a lei 18.023/2009 que modificou o artigo 10 da 14.309 principalmente quanto aos
 628 reservatórios que fala que seria de acordo com plano diretor da bacia hidrográfica, ou seja,
 629 seria o caso de reportar a essa norma e segui-la. Amara (SUPRAM) esclareceu que a lei
 630 18.023 não estaria sendo citada nos pareceres porque ela estaria com a DIN e poderia cair a
 631 qualquer momento e a equipe não gostaria de deixar essas pendências dentro dos processos
 632 estando sendo usado a lei estadual e federal. Quanto ao plano diretor como ele não trás uma
 633 menção específica a APP de barramento ela também não teria sido citada, mas o reservatório
 634 atende quanto a APP tanto para legislação federal quanto estadual. Tenente Carlos Alberto
 635 (Polícia de Meio Ambiente) afirmou que na prática na fiscalização diária isso nos trás um
 636 transtorno enorme, pois a polícia ambiental como órgão fiscalizador não tem que questionar
 637 se seria constitucional ou não e por estar em vigor tem que ser cumprida a 18.023 e caso a
 638 polícia chegue e tenha alguma intervenção auferindo essa lei, o empreendedor será autuado. O
 639 presidente afirmou que a lei 18.023 fala em 30 metros na ausência do plano diretor, sendo
 640 assim ele questionou qual seria a APP proposta. Amara (SUPRAM) esclareceu que a APP
 641 proposta seria variável entre 50 e 100 metros. Tenente Carlos Alberto (polícia de Meio
 642 Ambiente) afirmou que o que estaria sendo proposto seria de acordo com a resolução 302 do
 643 Conama, o que estaria no processo seria que está de acordo com a 14.309 e a resolução 302
 644 do Conama, porém na prática seria cobrada a 18.023. O presidente informou que a 18.023



645 seria de 30 metros e o empreendedor estaria fazendo entre 50 e 100 metros estando a APP 20
 646 metros a mais. Tenente Carlos Alberto (Polícia de Meio Ambiente) questionou se não seria o
 647 caso de recortar a norma. Marco Tulio (FAEMG) afirmou não haver a necessidade de recortar
 648 a norma, pois ela existe e ele está cumprindo, não havendo necessidade de mudar o parecer. O
 649 presidente afirmou que de qualquer forma a 18.023 se torna 14.309, pois ela alterou essa lei,
 650 assim está em cumprimento 14.309; 14.302 e ele está propondo muito mais que deveria ser
 651 aplicado pela 14.309. O processo foi colocado em votação. Aprovado. O item 11.3 foi
 652 colocado em discussão. Nathalia (OPA) afirmou que por mais que a área de compensação da
 653 APP seja uma área pequena de 112 metros a conselheira propôs para colocar na matrícula,
 654 que seria uma forma mais segura, garantir que aquela área será de proteção integral ou fazer
 655 um relatório de monitoramento anual para ser entregue a Supram. Anderson (SUPRAM)
 656 esclareceu que a averbação não foi proposta por ser uma área muito pequena e o custo seria
 657 alto, porém estaria proposto monitoramento anual da área, item 8 do monitoramento anexo 2.
 658 Nathalia (OPA) afirmou estar de acordo. O processo foi colocado em votação. Aprovado. O
 659 item 11.4 foi colocado em discussão. Carlos Valera (PGJ) afirmou ser um empreendimento
 660 classe 5 por isso propôs a inclusão da condicionante da Lei do Snuc com a redação da
 661 Supram. O processo foi colocado em votação. Aprovado. Foi colocada em votação a proposta
 662 da condicionante do conselheiro Carlos Valera (PGJ). Os Conselheiros: Thiago (FIEMG);
 663 Marco Tulio (FAEMG) e Flavio (SEDE) votaram contra por entender que não houve
 664 significativo impacto ambiental. O item 12.2 foi colocado em discussão. Nathalia (OPA)
 665 afirmou que na condicionante número 6 (seis) apresentada pela Supram deveria propor que os
 666 resíduos de classe 2 também sejam destinados a empresas licenciadas. Amilton (SUPRAM)
 667 pediu que fosse feita uma alteração no item 9 quando diz: “enviar a Supram TM/AP
 668 mensalmente até dia 20 do mês subsequente, mudar para semestralmente o monitoramento
 669 pedido no item 9. Em relação aos resíduos o conselheiro esclareceu que a empresa destina
 670 todos resíduos tanto classe 1 quanto classe 2, são enviados para empresas regularizadas
 671 ambientalmente já sendo uma rotina feita pela unidade. Nathalia (OPA) colocou como
 672 recomendação que os resíduos de classe 2 sejam destinados a empresas licenciadas. O
 673 presidente questionou o analista Amilton se os resíduos classe 1 e 2 seriam destinados a
 674 empresa licenciadas. Amilton (SUPRAM) afirmou que sim, o empreendimento possui ISO
 675 14000 e faz uma gestão muito interessante em relação aos resíduos. O presidente afirmou que
 676 seria desnecessário condicionar, mas caso quisesse condicionar não haveria problema.
 677 Nathalia (OPA) afirmou estar de acordo. Sr. José Ivonez (Consultor da empresa) esclareceu a
 678 conselheira que eles possuem a ISO 14000 e por isso são obrigados a destinar exatamente
 679 para empresas que são licenciadas ambientalmente. O processo foi colocado em votação.
 680 Aprovado. O item 12.4 foi colocado em discussão. Carlos Valera (PGJ) solicitou a
 681 informação da equipe técnica se houve ou não a lei de Snuc. Franklin (SUPRAM) informou
 682 que não houve a lei de Snuc. O conselheiro Carlos Valera (PGJ) propôs a condicionante da lei
 683 de Snuc com a redação da Supram. Sylvio (UFU) ressaltou que no item 6, página 24 na parte
 684 de medidas compensatórias o texto diz que a empresa já realizou apesar na época do
 685 licenciamento isso não ser uma norma, mas a empresa teria realizado várias coisas para
 686 compensar a intervenção em área permanente. O conselheiro solicitou que isso fosse
 687 quantificado para que não ficasse dúvidas até mesmo pelo esforço feito pelo empreendedor
 688 que pode ultrapassar e muito o que seria solicitado ali, ou seja deveria quantificar para ficar o
 689 registro da ação efetiva por parte do empreendedor a compensação por intervenção em área de
 690 preservação permanente. O presidente questionou o conselheiro Sylvio (UFU) se a proposta



dele seria para que isso passasse a acontecer com clareza. Sylvio (UFU) afirmou que seria isso mesmo deixar claro e quantificado que foi feito a compensação. O presidente colocou o processo em votação. Aprovado. Foi colocada em votação a condicionante de compensação ambiental padrão, sugerida pelo conselheiro Carlos Valera (PGJ). Os conselheiros Thiago (FIEMG) e Marco Tulio (FAEMG) se abstiveram. Aprovada pela maioria. O item 12.5 foi colocado em discussão. Nathalia (OPA) afirmou que existe uma condicionante de número 2 que fala em apresentar relatório anual descritivo e fotográfico de ações de educação ambiental. A conselheira solicitou que para empreendimentos de classe 5 e 6 essa condicionante se tornasse padrão. Franklin (SUPRAM) informou que isso já seria padrão para esses empreendimentos e estaria detalhado na DN. O presidente afirmou que não seria uma condicionante específica para o item 12.5 sendo uma recomendação. Daniel solicitou a Kamila que depois apresente à conselheira a deliberação normativa Copam 110. Rodrigo (SUPRAM) esclareceu que não seriam todas as atividade enquadradas de classe 5 e 6 que devem apresentar o plano. Carlos Valera (PGJ) questionou se o empreendimento por ser classe 6 possui a Lei do Snuc. Franklin (SUPRAM) esclareceu que não. O conselheiro solicitou que fosse condicionada a Lei do Snuc com redação da Supram. O processo foi colocado em votação. Aprovado. Foi colocada em votação a condicionante da Lei do SNUC. Thiago (FIEMG), Marco Tulio (FAEMG) e Flavio (SEDE) votaram contra por não terem como quantificar se houve significativo impacto. Aprovada. O item 12.5 foi colocado em discussão. Franklin (SUPRAM) informou que no anexo 2, item 1 efluente líquidos, o conselheiro pediu a retirada dessa condicionante porque o efluente sanitário vai para um tanque sendo uma empresa que suga e leva para o tratamento que seria a própria CODAL de Uberaba, assim deveria retirar pois não tem necessidade em fazer essas análises. O presidente ressaltou a retirada do item 1, anexo 2 do P1. O processo foi colocado em votação. Aprovado. O item 12.7 foi colocado em discussão. Carlos Valera (PGJ) solicitou informação sobre a Lei do Snuc. Franklin (SUPRAM) informou que não houve. O conselheiro Carlos Valera (PGJ) solicitou a inclusão da condicionante da lei do SNUC com redação da SUPRAM. O conselheiro afirmou ter ficado surpreso com uma parte do parecer onde a empresa já teria feito uma proposta de criação da RPPN e o IEF estaria analisando essa questão desde 2006, assim a Supram deveria instar o IEF para que ele se manifestasse sobre a criação ou não. O presidente esclareceu ao conselheiro que a discussão judicial teria travado o IEF, tanto da DN quanto a expectativa do decreto federal tendo ficado parado e travado, porém agora já voltaram aos trabalhos normais, a equipe já teria sido reforçada e estariam fazendo mutirões, e devagar isso será colocado em dia. Carlos Valera (PGJ) afirmou entender as dificuldades do IEF e com todas essas dificuldades ele tem a ciência que os técnicos fazem um trabalho excepcional. O conselheiro ressaltou a Kamila (SUPRAM) afirmou que esse processo já contem a lei de SNUC, sendo assim o conselheiro fez a retirada da inclusão da condicionante. Sylvio (UFU) afirmou que no item 6 (seis) intervenção de área de preservação permanente e medidas compensatórias, no paragrafo posterior e decorrente de ampliação, a ocupação calculadas é de aproximadamente 80 hectares de APP ficando condicionada de apresentar uma área de compensação de 140. Como está sendo trabalhado 2/1 seria uma área de 160. Franklin (SUPRAM) afirmou que isso seria uma condicionante que já teria sido colocada, assim essa condicionante é uma medida compensatória já teria sido feita. Franklin (SUPRAM) pediu desculpas e afirmou que de acordo com empreendedor a intervenção seria 70 e não 80. O conselheiro Sylvio (UFU) afirmou que um dos dois números estariam errado e afirmou confiar no empreendedor. O presidente solicitou que a informação fosse conferida e



737 corrigida. Franklin (SUPRAM) solicitou que fosse feita uma correção no anexo 2. Item 3 diz
738 que a empresa conta com 13 caixas separadoras de óleo, estaria sendo pedido para fazer
739 análise de vários parâmetros porém os efluentes dessas caixas separadoras vai para barragem
740 de rejeito e lá é feito a análise na saída dessa barragem de todos esses parâmetros. Deve
741 manter que isso seja feita a análise da saída da caixa separadora do parâmetro óleos e graxas
742 somente. Assim na saída da caixa separadora fazer a análise dos óleos e graxas
743 semestralmente, os demais parâmetros já seriam feito na saída de barragem de rejeitos. O
744 presidente questionou qual item estaria sendo retificado. Franklin (SUPRAM) informou que
745 seria o anexo 2, item 3 referente a caixa separadoras de água e óleo. O presidente afirmou ter
746 que retificar o 80 hectares para 70 hectares, e o item 3 do anexo 2. O item foi colocado em
747 votação com as duas retificações feitas. Aprovado. O item 12.8 foi colocado em discussão. O
748 conselheiro Carlos Valera (PGJ) afirmou ter observado que existe intervenção em APP, assim
749 ele solicitou que a Supram que fosse remetido ao ministério publico comarca de Ituiutaba para
750 que possa ser perseguida a responsabilidade criminal e civil da intervenção. Nathalia (OPA)
751 pediu para que fosse confirmado que nenhuma das condicionantes apresentadas pela Supram
752 houve comprovação por parte do empreendedor. Eliete (SUPRAM) esclareceu que a
753 comprovação formal de protocolar papel que durante a vistoria foi comprovado o
754 cumprimento delas na propriedade. O presidente colocou o item em votação. Aprovado. Foi
755 colocado o item 14.1 em discussão. Nathalia (OPA) afirmou que no contrato já fala que os
756 veículos têm que fazer o programa de auto fiscalização. A conselheira questionou para quem
757 essa fiscalização seria enviada e qual periodicidade. Anderson (SUPRAM) questionou se a
758 conselheira se refere ao contrato da empresa com fornecedor, e informou que ele não havia
759 sido informado da medida que eles tomam. Nathália (OPA) propôs que ao invés da retirada da
760 condicionante a Cooxupé ficasse responsável por recolher esses documentos junto aos
761 produtores e repassasse o consolidado para a SUPRAM. Anderson (SUPRAM) esclareceu que
762 com isso praticamente estaria voltando a condicionante para o empreendedor. Nathalia (OPA)
763 afirmou ficar de acordo com parecer da Supram. O processo foi colocado em votação.
764 Aprovado. O presidente questionou se haveria mais alguma manifestação antes do
765 encerramento da reunião, tendo em vista que os assuntos gerais já teriam sido discutidos.
766 Sylvio (UFU) questionou se devido aos acontecimentos da reunião seria possível que os
767 empreendedores encaminhassem a informação ao conselho a respeito do uso da fazenda São
768 Sebastião independente de processos que fosse informado. O presidente esclareceu a Kamila e
769 ao José Roberto que o conselheiro estaria pedindo para que trouxesse a questão da fazenda
770 para os conselheiros, sendo assim o presidente pediu que eles juntamente com os
771 empreendedores providenciassem isso e tragam essa informação o mais rápido possível. Dr.
772 Daniel agradeceu novamente a conselheira Raquel pela oportunidade da reunião ter sido
773 realizada naquele espaço agradável. Em nome da SEMAD o presidente deu as boas vindas a
774 Silvia superintendente da Supram Noroeste de Minas que será presidente desta reunião daqui
775 para frente. Dr. Daniel desejou novamente ao Rodrigo um feliz aniversario que ele continue
776 forte com eles por muito tempo. Kamila (SUPRAM) agradeceu ao Franklin por ter colaborado
777 muito com a questão de mineração juntamente a Supram e lhe desejou boa sorte. Daniel
778 afirmou que o Franklin teve uma participação positiva naquela reunião e ficou surpreso por
779 ter sido a ultima, porem desejou sucesso ao técnico e muitas felicidades. Franklin agradeceu a
780 todos e disse que fazem 6 anos que ele estaria ali e que o Copam e o SISEMA em geral teriam
781 sido primordiais para seu conhecimento. **Item 15 - Encerramento:** Nada mais havendo a ser
782 tratado, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão e eu,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

783 Danielle Teixeira Pinto, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. Uberlândia, 26 de
784 fevereiro de 2012.

785

786

787

788

789

790

791 DANIEL MEDEIROS DE SOUZA – (presidente suplente)
